



Número: **0800658-32.2019.8.18.0039**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Barras**

Última distribuição : **22/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCAS DE SOUSA SANTOS (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10286204	17/06/2020 11:15	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Vara Cível da Comarca de Barras DA COMARCA DE BARRAS**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº: 0800658-32.2019.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Seguro]**  
**AUTOR: LUCAS DE SOUSA SANTOS**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

**I - RELATÓRIO.**

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT ajuizada por LUCAS DE SOUSA SANTOS em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, qualificados nos autos.

Alega o requerente, em síntese, que sofreu um acidente de trânsito em 28.10.2017; que sofreu uma fratura no membro superior direito (clavícula) e membro inferior direito (tíbia) e esquerdo (terço médio da tíbia), que foi submetido a cirurgia e, que, ao final ficou comprometido à limitação funcional dos membros em 100%; que requereu a liberação do seguro DPVAT administrativamente, porém, seu pedido de indenização veio negado, sob o argumento de que não foi encontrado sequelas em decorrência do acidente. Requereu ao final os benefícios da assistência judiciária gratuita; o pagamento integral do DPVAT no valor de R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais); condenação em custas e honorários advocatícios.

A inicial veio com documentos.

Citada, a parte ré apresentou contestação (id nº 6598938).

Audiência de conciliação realizada, sem sucesso. Na oportunidade, as partes saíram intimadas para comparecer à perícia designada.

Apesar de intimada, a parte autora não apresentou réplica.

Laudo pericial no id nº 8663454, informando que há lesão de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre e concluindo pela existência de lesão parcial (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do físico e/ou mental da vítima) com dano parcial incompleto (item b.2) com segmento anatômico na 1ª lesão - MID, com 10% leve e a 2ª lesão - ombro direito, com 25% residual.

A parte ré se manifestou sem discordar do laudo pericial (id nº 8772135).

A autora apresentou manifestação sob o id nº 10135100, concordando com a conclusão da perícia realizada.

É o relatório. Decido.

**II - FUNDAMENTAÇÃO.**

**II.II - DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML.**

A parte ré sustenta que o autor não apresentou laudo do IML que comprovasse sua invalidez permanente, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações, devendo a petição inicial ser indeferida.

Entendo que tal alegação não se sustenta, ante a produção de prova pericial que permite a constatação da alegada invalidez, devendo ser analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida.



### II.III- DA INDENIZAÇÃO.

Realizada perícia, foi aferido que a parte autora, em virtude do referido acidente, foi acometida de lesão parcial (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do físico e/ou mental da vítima) com dano parcial incompleto (item b.2) com segmento anatômico na 1ª lesão - MID, com 10% leve e a 2ª lesão - ombro direito, com 25% residual.

A Lei nº 6.194/74, com as alterações trazidas pelas Leis nº 11.482/07 e nº 11.945/09, distingue as invalidezes total e parcial, bem como as gradações das invalidezes parciais em completas e incompletas, subdividindo, ainda, a invalidez parcial incompleta conforme o grau de lesão, com base no art. 3º, § 1º, II, da Lei em comento, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

Destarte, nos casos de invalidez permanente parcial completa, o valor da indenização é estabelecido pela tabela prevista no anexo do art. 3º da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.945/09.

Já nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, em conformidade com o grau da intensidade da lesão utilizam-se as percentagens da referida tabela, que serão reduzidas gradativamente, correspondendo a: 75% se a invalidez causar perda intensa, 50% se a perda for média, 25% se a perda for leve e 10% se a perda for residual.

Nesse sentido, aplica-se a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Dessa forma, inicialmente o dano deve ser enquadrado no item Perda anatômica



e/ou funcional que comprometa apenas parte do físico e/ou mental da vítima de um dos membros inferiores e limitação funcional do ombro direito, aplicando-se o percentual de 10% e 25% sobre R\$ 13.500,00, conforme a tabela da Lei nº 6.194/74, tendo em vista que foi constatado a ocorrência de duas lesões. Em seguida, deve incidir o percentual de 10% (lesão leve) e 25% (lesão residual) sobre o valor obtido, em consonância com o comando do art. 3º, §1, II, da referida lei.

Com base no percentual de invalidez apontado pelo perito, e analisando a tabela instituída pela MP nº: 451/2008, sendo convertida pela Lei nº: 11.945/09, verifica-se que a negativa do pedido realizado na esfera administrativa foi realizado de forma arbitrária, tendo em vista que o requerente não recebeu nenhum valor a título de indenização.

Assim, realizado tal cálculo (limitação funcional de membro inferior direito com lesão leve no percentual de 10% que equivale a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) e limitação funcional do ombro direito com lesão residual no percentual de 25% que equivale a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), chega-se ao quantum indenizatório de R\$1.788,75 (mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

### **III – DISPOSITIVO.**

Isto posto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos autorais, para condenar a ré a realizar o pagamento de indenização de seguro DPVAT, no montante de R\$ 1.788,75 (mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), consoante disposto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com incidência de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (art. 405 do Código Civil) e correção monetária através da aplicação da tabela de fatores de atualização monetária publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí desde o evento danoso (28.10.2017) até o efetivo pagamento, conforme súmulas 426 e 580 do STJ.

Face a sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, archive-se com a devida baixa na distribuição.

**BARRAS-PI, 16 de junho de 2020.**

**MARKUS CALADO SCHULTZ**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Barras**

